

NEOLIBERALISMO, REFORMA DO ESTADO E EMPRESARIADO NO BRASIL: UM ESTUDO DO DISCURSO DA FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (1996-2004)

*Francisco José Mendes Duarte**
*João Bôsko Hora Góis**

Resumo: O presente trabalho tem como foco central o desenvolvimento, principalmente a partir da década de 1990, no cenário brasileiro, dos pressupostos do neoliberalismo. Considera que tais pressupostos se incorporaram ao discurso político nacional através da atuação de diferentes agentes e atores que, desde diferentes lugares institucionais, o modelaram e conformaram um campo de disputas discursivas no qual transitavam posições favoráveis e contrárias a ele. O nosso interesse aqui é o de refletir sobre o discurso de um desses atores: os grupos empresariais. Para tanto, à moda de um estudo de caso, analisamos como a Federação das Indústrias do estado do Rio de Janeiro (Firjan) se inseriu nesse campo. O exame do material escrito por essa Federação mostra que ela, de meados dos anos 1990 até meados dos anos 2000, defendeu as premissas neoliberais apoiando o discurso da reforma e minimização do Estado e da valorização da gestão empresarial como a solução para melhorar a governabilidade estatal. Ao longo do tempo, contudo, percebe-se uma inflexão no discurso da Firjan, notadamente quanto à crença na eficácia da aplicação dos princípios do neoliberalismo.

* Possui Graduação em História pela Universidade Federal Fluminense (2008) e Mestrado em Política Social pela Universidade Federal Fluminense (2010). Doutor em Política Social pela Universidade Federal Fluminense/University of California, Berkeley (Bolsa Sanduíche - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, Ministério da Educação do Brasil (CAPES)). E-mail: duartekiko@yahoo.com.br.

** Professor Associado da Universidade Federal Fluminense. Doutor em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo/Boston College (1999). Em 2003, realizou o seu pós-doutoramento na Universidade Federal do Rio de Janeiro, na área de Sociologia. E-mail: jbhg@uol.com.br.

Palavras-chave: empresariado brasileiro, reforma do estado, neoliberalismo.

Abstract: This paper focuses on the development of the neoliberal principles, especially since the 1990s, in the Brazilian scenario. We consider that these principles were incorporated into the national political debate through the action of various agents and actors from different institutional locations. That said, here we sought to reflect on the speech of one of these actors: business groups. Therefore, opting to do a case study, we analyze how the Federation of Industries of the State of Rio de Janeiro (Firjan) entered into this field. Examination of the material published by the Federation shows that, from the mid-1990s until the mid-2000s, it supported the neoliberal discourse of the reform and the reduction of the role of the state while affirming business management as a solution to improve state governance. Over time, however, one sees a shift in the discourse of Firjan, particularly regarding its belief in the efficacy of the application of the principles of neoliberalism.

Keyword: Brazilian Business, reform of the State, neoliberalism.

Resumen: El presente trabajo tiene como eje el desarrollo, sobre todo desde la década de 1990, en el escenario brasileño, de los supuestos del neoliberalismo. Considera que estos supuestos se incorporaron en el discurso político nacional a través de la acción de diferentes agentes y actores de diferentes lugares institucionales. Nuestro interés aquí es reflexionar sobre el discurso de estos actores: grupos empresariales. Por lo tanto, a la manera de un estudio de caso, se analiza cómo la Federación de Industrias del Estado de Río de Janeiro (Firjan) se introduce en este campo. El examen del material publicado por la Federación muestra que esta, de la mitad década de 1990 hasta la mitad de la década de 2000, defendió los supuestos que apoyan el discurso neoliberal de reforma y reducción de las funciones del Estado. Con el tiempo, sin embargo, se observa un cambio en el discurso de Firjan, sobre todo en cuanto a su creencia en la eficacia de la aplicación de los principios del neoliberalismo.

Palabras clave: Empresariado Brasileño, reforma del Estado, neoliberalismo

Introdução

A vigência do projeto neoliberal no Brasil a partir do final dos anos de 1980 foi fruto da sua expansão rápida e contundente por todas as regiões do globo. Tal expansão não se deu de forma simultânea, nem com a mesma profundidade em todos os países. Contudo, é factual que nas diferentes formações sociais onde teve alguma expressão ele conseguiu, em maior ou menor grau, transformar em senso comum o dogma da superioridade da capacidade dos mercados na alocação de recursos e na promoção de bem-estar.

O projeto neoliberal foi fruto de esforços que envolveram diferentes agentes e atores - intelectuais, burocratas, jornalistas, organismos multilaterais etc. - que, ao revestirem de racionalidade econômica e social uma ideologia claramente conservadora, a tornaram, pouco a pouco, amplamente aceita. Conferiram a ela, em outros termos, ares de “inevitabilidade” e “naturalidade”.

Uma ferramenta analítica efetiva para entendermos a expansão do discurso neoliberal é a ideia de “doxa”, cunhada por Pierre Bourdieu (1998). Segundo ele, a doxa nada mais é do que o senso comum ou tudo aquilo que definimos com a expressão “isto é assim mesmo”. Toda doxa, portanto, deshistoriciza uma determinada realidade social, apresentando-a como natural, como se por trás dela não houvesse um processo de construção que envolve diferentes atores e disputas.

As agências multilaterais, notadamente o Banco Mundial e o FMI ao longo dos anos de 1980 e 1990, trabalharam incansavelmente na divulgação e imposição da doxa neoliberal. O fizeram através do condicionamento da concessão de empréstimos à implementação de reformas orientadas por seus princípios. Apesar disso, a assimilação do neoliberalismo no Brasil não se deu de forma imediata, mecânica e pacífica. (STIGLITZ, 2002). Fatores internos desempenharam um papel não menos relevante do que o exercido pelas pressões externas na determinação dos rumos (sequência, ritmo e conteúdo) da inserção do nosso país no processo de adesão às reformas orientadas pelo neoliberalismo que então se globalizava.

Um fator interno fundamental para entendermos os rumos que o neoliberalismo tomou no Brasil foi a contínua elaboração, já a partir do início da crise do regime militar, de um projeto político pautado pela ideia de democracia participativa. (DAGNINO, 2004). Entre meados dos anos de 1970 e ao longo da década de 1980, a sociedade brasileira experimentou novas formas de participação. O envolvimento da Igreja Católica – contrariando seu governismo secular – na organização popular, a emergência das associações de moradores de favelas e bairros de classe média e o surgimento das ONGs se colocavam como grandes esperanças de uma transformação da vida política. Houve também neste momento uma grande renovação do sindicalismo. Tal renovação veio acompanhada de inúmeras greves iniciadas no

ABC paulista no final da década de 1970, motivadas pela luta contra a exploração do trabalho e contra a legislação repressiva que, ao atrelar sindicatos ao Estado, dificultava a construção efetiva da representação dos trabalhadores. Movimentos de massa como aquele em prol de eleições diretas em 1985 e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) foram símbolos do surgimento de um projeto político que nascia de “baixo para cima”. Também não podemos esquecer que, como parte dessa dinâmica, ainda no final dos anos de 1970, no bojo da supressão do bipartidarismo artificial implantado pelo regime militar, surgem novas agremiações políticas, como o Partido dos Trabalhadores, (FICO, 1999). Os atores envolvidos no projeto de democracia participativa se opunham ao neoliberalismo e constituíam óbices, de maior ou menor dimensão, a ele (DELGADO, 2000).

A batalha envolvendo o neoliberalismo e a democracia participativa, na passagem dos anos de 1980 para os anos de 1990, evidencia que a doxa neoliberal se constituiu – e por muito tempo se instituiu como hegemônica – dentro de uma arena política no qual transitavam diferentes atores. Esses atores às vezes associavam-se, às vezes entravam em confronto. Para fins da análise a ser desenvolvida nesse artigo, focalizamos em um deles: o empresariado industrial. Tendo em vista a sua amplitude e diversidade, estudamos esse ator através de uma das suas mais importantes entidades representativas – a Federação das Indústrias do estado do Rio de Janeiro (Firjan). Buscamos examinar os termos da sua adesão ao neoliberalismo assim como as derivações práticas que decorreram de tal adesão, dando ênfase a sua ferrenha defesa da reforma do Estado.

Embora estudos sobre o neoliberalismo no Brasil não sejam escassos, consideramos que pouco se refletiu sobre o ideário de entidades específicas, de grande porte, em relação a essa questão. Portanto, esse trabalho busca contribuir para a superação dessa lacuna. Igualmente, busca-se aqui contribuir para um melhor conhecimento da história recente do empresariado industrial brasileiro que têm os seus projetos ídeo-políticos ainda pouco examinados.

Se levarmos em conta o Sistema Firjan – que é formado também pelo Centro Industrial do Rio de Janeiro (CIRJ), pelo SESI, pelo SENAI e pelo Instituto Euvaldo Lodi (IEL) – podemos afirmar que a história desta Federação remonta ao ano de 1827, no qual foi fundada a Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional.¹ Após

¹ O Senai e o Sesi, fundados respectivamente em 1942 e 1946, são duas entidades de cunho nacional. Na prática, em cada estado dão país, elas funcionam atreladas às Federações estaduais, provendo serviços voltados para a qualificação do trabalhador industrial, no caso do Senai, e serviços voltados para a saúde, educação e lazer deste trabalhador, no caso do Sesi. O CIRJ é uma associação representativa de caráter privado que, ao longo de sua história, manteve-se atuando paralelamente ao sistema corporativo de representação ao qual veio a se integrar, de fato, a partir dos anos de 1980. O Instituto Euvaldo Lodi (IEL), criado em 1969 pela CNI, é uma organização de caráter nacional cuja finalidade é promover a interação entre a indústria e a Universidade e aprimorar a capacidade técnica das empresas (FIRJAN, 2013).

sofrer inúmeras transformações, a Sociedade Auxiliadora deu origem ao Centro Industrial do Rio de Janeiro em 1941. Um segundo momento de destaque da institucionalização da Firjan é o ano de 1975, quando se dá a fusão da Federação das Indústrias do Estado da Guanabara (FIEGA) – entidade formada a partir da Federação dos Sindicatos Industriais do Distrito Federal (FSIDF), criada em 1937 – com a Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (FIERJ) (CARONE, 1978; LESSA, 2000).

Desde os anos de 1940, o processo de industrialização do Brasil concentrou-se em São Paulo, fato que deu à Federação das Indústrias daquele estado (FIESP) uma enorme importância enquanto entidade representativa tanto do empresariado paulista como do empresariado nacional. Em função disso, a Fiesp vem ofuscando a capacidade de ação de outras entidades industriais. Nesse contexto, os maiores desafios da Firjan nas últimas décadas têm sido o de aumentar a sua legitimidade e capacidade de intervenção política, recuperar o status das atividades industriais no Rio de Janeiro e superar a precariedade da articulação entre os agentes produtivos fluminenses. A emergência do neoliberalismo entre nós parece ter configurado, aos olhos da Firjan, um contexto favorável para o enfrentamento destes desafios. (OLIVEIRA, 2002).²

A principal fonte de dados para esse artigo foram as edições do semanário desta entidade publicados entre 1996 e 2005. Inicialmente denominado de Caderno Firjan/CIRJ, foi posteriormente rebatizado de Carta da Indústria. Também lançamos mão de um estudo sobre desigualdade social elaborado pela entidade em parceria com o Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade (IETS) (FIRJAN e IETS, 2002).

A doxa neoliberal na Firjan: a defesa da reforma do Estado e das parcerias público-privadas

Quase imobilizado pela crise da dívida dos anos de 1980 e seguintes, o Brasil ficou por um longo tempo imerso em uma onda de instabilidade que parecia não ter fim. Tal situação abriu espaço para a legitimação da doxa neoliberal entre nós, apoiada

² A Firjan atua com entidade representativa da indústria fluminense nas esferas municipal, estadual e federal. Para tanto, busca não apenas congregiar os interesses políticos dos sindicatos filiados, mas também elaborar serviços para seus associados. As ações da Firjan tanto no âmbito técnico quanto no âmbito político são estabelecidas a partir de fóruns e conselhos. Os conselhos empresariais tratam de temáticas consideradas estratégicas para o desenvolvimento do estado. Por sua vez, os Fóruns Empresariais visam estimular o crescimento de setores específicos, atuando politicamente para a redução de encargos fiscais e entraves de ordem legislativa e burocrática. Atualmente, a federação fluminense contabiliza 9.085 empresas em seu quadro de associados (FIRJAN, 2013a).

por uma aguerrida militância empresarial estruturada em defesa de premissas como as do Consenso de Washington.³

Com a volta ao regime democrático, em meados da década de 1980, as arenas decisórias instauradas em órgãos do poder executivo, que funcionavam como um espaço privilegiado de negociação entre representantes empresariais e agentes da alta burocracia estatal, perderam sua importância e, conseqüentemente, muitas delas foram extintas. Isto não significou uma redução na intensidade da participação política do empresariado, mas sim uma diversificação nos mecanismos através dos quais ela ocorre. Desde então, as entidades representativas do empresariado - tanto aquelas mais antigas criadas dentro do corporativismo varguista como as mais recentes surgidas no período de redemocratização - investem cada vez mais em práticas de lobby junto às casas legislativas das três esferas de governo. Igualmente, assiste-se ao aumento do número de lideranças empresariais que ocupam cargos na alta burocracia federal e que participam de pleitos para postos tanto no legislativo quanto no executivo. Desde estes espaços e posições o empresariado assumiu uma clara postura neoliberal de crítica radical ao modelo econômico nacional-desenvolvimentista adotado pelo país nas décadas anteriores. Igualmente, postulou a defesa da configuração de um novo modelo econômico centrado no mercado e o estabelecimento de um novo padrão de relacionamento entre o Estado e o setor privado. Durante a Assembleia Constituinte, apoiado por suas entidades de classe tradicionais, esteve engajado em ações voltadas a tentar impedir a aprovação de dispositivos constitucionais relacionados aos direitos trabalhistas e sociais. Utilizando como mecanismos de representação o lobby e o envolvimento em partidos políticos, logo após 1988 o empresariado aumentou as pressões pela revisão da Constituição recém-votada, buscando desconstruir aparatos legais e institucionais inscritos nela, a partir dos parâmetros neoliberais internacionalmente legitimados (DINIZ, 2000). O eixo em torno do qual essas propostas e ações se davam era o da “Reforma do Estado”. Não estava sozinho o empresariado no seu afã reformista. A rigor, tinha um aliado fundamental: frações significativas da burocracia estatal, notadamente aquelas ligadas ao poder executivo.

A primeira metade da década de 1990 foi um período crucial da Reforma do Estado de caráter neoliberal no Brasil. Tal Reforma foi orientada pela lógica do enxugamento da máquina estatal a ser feito com o corte de gastos, a demissão de funcionários e a eliminação de diversos órgãos. Também foi orientada pela certe-

³ Expressão utilizada para referir-se a um conjunto de medidas econômicas pautada pela austeridade fiscal, liberalização comercial e privatizações que passou a ser receitada aos países do terceiro mundo como solução para as crises que enfrentavam.

za da necessidade de centralização do poder decisório na cúpula tecnocrática formada pelo Ministério da Economia e pelo Banco Central. (DINIZ, 2000).

A ascensão de Fernando Henrique Cardoso, anteriormente ministro da fazenda do Governo Itamar Franco, à presidência da República foi respaldada pelo êxito do Plano Real em reduzir drasticamente a inflação e desarticular os mecanismos de indexação da economia. Isso rendeu a Cardoso, durante o seu primeiro mandato (1994-1998), um amplo apoio do empresariado. É neste contexto que entendemos o consenso existente na Firjan em relação ao governo de Cardoso e, sobretudo, à política econômica vigente (caracterizada pela sobrevalorização do Real, pelo incentivo à importação em detrimento das exportações, pela elevação das taxas de juros e pela ampla abertura da economia ao mercado externo).

O governo e a Firjan consensuavam, igualmente, em torno da necessidade de implementação de uma ampla reforma do Estado brasileiro uma vez dado como certo que este entrou em crise a partir dos anos de 1970, deixando de ser um fator de desenvolvimento econômico e social. Teriam concorrido para isso tanto o seu crescimento distorcido e o acentuado processo de globalização como a caducidade e inadequação da legislação então vigente em áreas essenciais do país. (FIRJAN, 1996a).

A reforma em questão, para a Firjan, deveria abarcar, dentre outras, as áreas tributária, administrativa, previdenciária e trabalhista.

A Firjan considerava a legislação trabalhista vigente autoritária e desatualizada. Destacando a sua extrema abrangência e detalhismo, a entidade focou a sua proposta de reforma de tal legislação trabalhista na abertura de possibilidades de livre negociação entre empregadores e empregados e na redução dos direitos de modo que, segunda ela, fosse possível aumentar o número trabalhadores formais. Em agosto de 1999, ao apresentar dados sobre o crescimento do número de trabalhadores informais ao secretário geral presidência da República, Eduardo Eugênio Gouvêa Vieira, presidente da Firjan⁴, também entregou uma proposta de reforma trabalhista elaborada pela Firjan. Ela sugeria modificações nos artigos 8º e 114º da Constituição Federal e recomendava, entre outras coisas, negociações livres entre empregadores e empregados, a revisão do poder normativo da Justiça do Trabalho e a extinção das contribuições sindicais compulsórias. Apesar de tal proposta não atingir diretamente pontos da CLT como o décimo terceiro salário, o que teria intensificado ainda mais os conflitos em torno da reforma da legislação trabalhista, as mudanças propostas pela Firjan contribuiriam para uma precarização

⁴ Vieira ocupa a presidência da Firjan desde 1995.

ainda maior das condições laborais. Em um contexto de avanço da reestruturação produtiva – no qual mais de um milhão de empregos foram eliminados, levando muitos trabalhadores à informalidade⁵ – e enfraquecimento da capacidade de atuação dos sindicatos, a legislação trabalhista, que outrora parecera por demais intrusiva até mesmo para os trabalhadores, tornou-se desde os anos de 1990 um elemento fundamental para a luta dos trabalhadores. Primeiro, porque constituía um suporte importante para a sobrevivência de uma estrutura sindical que, embora esvaziada, continuava a ser necessária. Segundo, porque designava à Justiça do Trabalho um papel central na coação da lógica de redução de custos que vinha minando a criação e manutenção de postos de trabalho em diversos setores da economia (BIANCHI, 2001 e COSTA, 2005).

Já em relação à reforma previdenciária, a Firjan apoiava os esforços governamentais voltados para o aumento do tempo de contribuição dos trabalhadores para o acesso à aposentadoria. Em termos gerais, o argumento era “enxugar” o Estado e controlar ao máximo os gastos públicos e, portanto, a dívida pública, para torná-lo mais ágil e eficiente. A preocupação da Firjan com a dívida pública estava relacionada, em grande parte, ao efeito de desconfiança que o aumento dela causava nos investidores internacionais (FIRJAN, 1998a).

No que diz respeito à reforma administrativa, as propostas da Firjan não eram muito claras. Apesar disso, nota-se que o argumento da defesa desta reforma por essa Federação tinha como elemento central a necessidade de redução dos gastos públicos, notadamente aqueles feitos com o funcionalismo. (FIRJAN, 1997d).

Quanto à reforma tributária a proposta da Firjan era bem mais clara. Tal proposta abarcava os seguintes pontos: desoneração da produção, das exportações e investimentos; aumento da base de arrecadação, com melhor distribuição da carga tributária; simplificação do sistema, com eliminação e fusão de impostos, e com diminuição da carga imposta ao contribuinte. (OLIVEIRA, 2002).

As reformas propostas e apoiadas pela Firjan inseriam-se, vale mais uma vez destacar, em uma agenda maior que ela vinha elaborando para o futuro do país. Baseada no seu diagnóstico de falência do nosso modelo de Estado, tal agenda tinha como corolário a imprescindibilidade de implementação de privatizações em diversos setores. O processo de privatização de empresas públicas no Brasil começou a ser discutido a partir do final dos anos de 1980, sendo respaldado pelas inúmeras experiências já concretizadas em países da Europa Ocidental (principal-

⁵ A participação dos trabalhadores formais na economia nacional caiu de 53% em 1990 para 45% em 2000.

mente na Inglaterra de Thatcher) e na América Latina (sobretudo no Chile e na Bolívia). O argumento central em favor das privatizações era o de que, em geral, os governos gastam tempo e dinheiro demais realizando atividades (como administrar usinas siderúrgicas ou hidrelétricas) que poderiam ser desempenhadas com a maior eficiência pelo setor privado. Além disso, a venda de empresas públicas significaria, para países como o Brasil, uma alternativa para a solução do problema do déficit das suas contas. Baseado neste argumento e na própria ineficiência dos serviços públicos oferecidos pelo Estado brasileiro durante os governos de Collor de Melo e de Fernando Henrique Cardoso, um amplo processo de privatização de empresas públicas federais, estaduais e municipais de diferentes setores (bancário, de transporte, energético, de telecomunicações, de extração mineral etc.) foi estabelecido. Foram inúmeros os protestos e denúncias contra as privatizações, os quais giraram em torno do possível aumento de tarifas a serem cobradas pelos serviços prestados; da duvidosa maior eficiência do setor privado; e da existência de atos de corrupção no curso das negociações. Apesar disso, grande parte do patrimônio público foi vendido ao setor privado, esse muitas vezes apoiado pelo capital internacional. (ARAÚJO 2005 e BIONDI, 2003).

O processo de privatização contou com amplo apoio do empresariado nacional e, como dissemos acima, era um componente relevante da agenda política da Firjan. Em 1997, durante um seminário sobre a reforma do setor de telecomunicações, o seu presidente, Eduardo Eugênio Gouvêa Vieira, reafirmou o amplo apoio da entidade a tal processo (FIRJAN, 1997a). Com vistas a apoiar as reformas constitucionais (que iriam incidir sobre o campo trabalhista administrativo, previdenciário e tributário), em julho de 1997 a Firjan lançou a campanha “Reforma Já” a partir da qual convocava toda a população a “arregaçar as mangas e lutar” pelas referidas reformas. Esta campanha incluiu a distribuição de adesivos no Congresso Nacional com a seguinte palavra de ordem: “O país que a gente quer é o país que a gente faz” (FIRJAN, 1997d). Sobre a importância da aprovação das reformas Constitucionais, Gouvêa Vieira argumentou: *“as pessoas interessadas no Brasil têm que entender que para o benefício de todos, alguns poderão até sair perdendo no início, mas, no futuro, certamente ganharão as novas gerações”*. A ideia de que as reformas liberalizantes seriam positivas para o conjunto mais amplo da sociedade estabelecia uma clara naturalização da realidade histórica, uma doxa voltada para anular os inúmeros conflitos que permeavam as reformas em questão. A anulação das alternativas ao projeto neoliberal dominante, flagrante na fala do presidente da Firjan, evidencia a ampla adesão da entidade a ele. Ainda devemos ressaltar que na mesma edição (FIRJAN, 1997d) do seminário em análise, há uma declaração do Presidente da Fiesp à época, Carlos Eduardo Moreira Ferreira, onde este declarava total apoio à campanha em questão, afirmando: *“O Brasil precisa se tornar competitivo e essa campanha é importante para que isso se torne realidade”*. Tal fato, além de evidenciar

certo consenso então existente entre as duas principais entidades representativas do empresariado industrial brasileiro no que tange a reforma do Estado, deixa claro o quanto a retórica da competitividade se apresentava como capital simbólico⁶ na luta pela visão legítima da reforma do Estado e da Constituição. Em 1998, a Firjan relançou a campanha pelas reformas constitucionais com o título “Reformas Agora Brasil Já”. Naquela oportunidade, Gouvêa Vieira mais uma vez reiterou o olhar conservador acerca do processo de globalização, compreendido enquanto um fenômeno “irreversível”, que ignora o espaço existente (ainda que restrito) para manobras políticas capazes de aumentar a autonomia nacional na produção de políticas públicas e que entende a manutenção a qualquer custo da confiança dos investidores internacionais como a única estratégia de desenvolvimento possível. Gouvêa Vieira expressou essa visão nos seguintes termos:

[...] temos que reformular a nossa Constituição. Afinal, se ela não fazia sentido há dez anos, muito menos agora. [...] a vulnerabilidade do país às crises externas é diretamente proporcional ao atraso na aprovação das reformas. A crise interna é, antes de tudo, de credibilidade e de confiança (FIRJAN, 1998b).

Para além de evidenciar o discurso “globalista” da Firjan, a passagem acima confirma o nosso argumento introdutório de que o principal adversário do projeto neoliberal no campo político brasileiro era o projeto de democracia participativa cujo maior símbolo é a Constituição. Não casualmente Gouvêa Vieira tenta deslegitimá-la caracterizando-a como algo atrasado e sem sentido em um contexto de plena globalização.

Ao final do ano de 1998, teve início o processo de acentuado dissenso no seio do empresariado nacional em relação ao apoio dado à política econômica de caráter conservador do governo Fernando Henrique Cardoso. O estopim para a quebra do até então majoritário apoio a este presidente foi a crise cambial iniciada naquele ano e que se estendeu pelo ano seguinte. Tal crise abalou a economia nacional e o governo respondeu a ela elevando os juros, o que afetou por demais os interesses dos industriais.

De um lado, a Fiesp criticou pesadamente a política econômica do governo como um todo, reclamando também a necessidade de uma política industrial. Por outro

⁶ Para Bourdieu (2009), os capitais podem ser o econômico (no sentido tradicional do termo), social (redes de relação social construídas e mantidas pelos atores no interior do campo ou fora dele) e cultural (relação privilegiada com a cultura erudita e a cultura escolar). Por sua vez, o capital ou poder simbólico consolida-se quando no interior de um determinado campo certos agentes alcançam o monopólio da dominação legítima, transformando os seus capitais acumulados em violência simbólica.

lado, a Firjan manteve inabalada sua postura de adesão ao projeto governamental, o que pode ser verificado nas duras críticas feitas por Gouvêa Vieira aos líderes da Federação paulista, dizendo que eles estavam saudosos de um Estado protecionista que só servira para concentrar renda. Em meio a este embate, o presidente da Firjan defendia a ideia de que somente as reformas poderiam garantir a credibilidade do país no cenário internacional e, conseqüentemente, a queda dos juros e a retomada do crescimento (FIRJAN, 1998c).

Apesar de ter se posicionado de forma mais veemente contra certos elementos da política econômica do governo de Cardoso somente no final da década de 1990, é fundamental notarmos que, desde o início daquele decênio, a Fiesp, ao contrário da Firjan, organizou diversas campanhas contra a política de juros alto e de abertura comercial “exagerada” implementadas nos governos de Collor de Melo e Cardoso. Neste intento, ela contou, por vezes, com o apoio da CNI. Em maio de 1996, por exemplo, a federação paulista e a CNI organizaram uma grande manifestação dos industriais em Brasília contra os juros altos e os exageros da abertura econômica. Naquele momento, a diretoria da Fiesp aprovou também o apoio da entidade à greve geral organizada pela CUT e pela Força Sindical contra o desemprego (BOITO JR, 2002). Com isso, podemos afirmar que as posições contraditórias do empresariado industrial em relação às políticas neoliberais – que variavam do explícito apoio às políticas de privatização e desregulamentação do mercado de trabalho à uma significativa resistência às política de abertura comercial e juros altos – se revelaram mais nitidamente, ao longo da década de 1990, no comportamento político da Fiesp e da CNI do que no da Firjan. A federação fluminense, visando se reafirmar como interlocutora privilegiada do empresariado com o governo federal, apoiou, como estamos demonstrando, de forma mais ampla as decisões deste último. Ou seja, a ascensão do projeto de desenvolvimento neoliberal parece ter oferecido uma oportunidade para que a Firjan aumentasse sua influência política, ao menos, atenuando o papel de representante nacional dos interesses dos industriais historicamente assumido pela Fiesp. A intensão da Firjan em atenuar a influência da federação paulista sobre o governo e com isso assumir uma posição privilegiada no diálogo com este último, colocou-se explicitamente na seguinte afirmação de Gouvêa Vieira:

A reação de São Paulo se explica pela descentralização provocada pelas vantagens comparativas de outros estados e pela perda de produtividade das indústrias do ABCD. A criação do Ministério do Desenvolvimento teria sabor de revanche paulista: uma Gosplan geiselista destinada a se contrapor à austeridade do ministro Malan. Por isso os empresários que combatem a política econômica precisam dizer claramente se estão, ou não, contra o governo. [...]. (FIRJAN, 1999a).

A plena adesão da Firjan à política do governo não duraria muito mais tempo,

contudo. Uma análise do seu discurso entre os anos de 2000 e 2002 revela o início de algum dissenso naquele espaço em relação à política econômica vigente assim como em relação ao projeto de desenvolvimento pautado nas receitas do Consenso de Washington.

Um exemplo do estabelecimento do dissenso no interior dessa entidade é o artigo publicado no semanário da entidade, pelo empresário Gustavo Loyola, onde a chamada Nova Economia (sinônimo de economia neoliberal globalista) é criticada pelo excesso de poder que deu aos CEOs das grandes empresas e, mais amplamente, pela sua defesa apaixonada da desregulamentação do mercado financeiro (FIRJAN, 2002a). Expressão ainda mais contundente desse dissenso é o artigo do empresário Geraldo Benedicto Hayem Coutinho, presidente da Representação Regional da Firjan no Norte Fluminense, publicado em fevereiro de 2002. Nele, o autor defende a demanda do empresariado por uma política industrial “*séria e eficaz*”, atacando as altas taxas de juros e argumentando que o Estado, ao promover tal política, não estaria concedendo benesses aos empresários, mas sim atuando como um habilitador das indústrias nacionais para aumentar a competitividade de nossos produtos no cenário internacional.

O desenvolvimento no interior da Firjan de uma crítica a alguns elementos preconizados pela doxa neoliberal não significou o total abandono de seu alinhamento ao Governo de Cardoso nem de sua ampla defesa das reformas do Estado. Tal defesa, aliás, perdurou mesmo após ascensão de Lula da Silva à presidência da República. Em um complexo *mix* de posições, em tempos distintos, a Firjan simultaneamente se insurgiu contra princípios econômicos do neoliberalismo e deu continuidade à adesão a outros.

A Firjan e as inflexões no paradigma liberal no campo político brasileiro

As prescrições neoliberais apresentaram resultados pífios, em diferentes setores, nos países que as adotaram. Naqueles industrializados, não foram capazes de conter a crise na produção de bens de consumo durável que ao longo de décadas movimentou as suas economias. Também não foi capaz de alavancar o emprego qualificado que migrava, agora degradado, através de estratégias de *outsourcing*, para as periferias do capitalismo. Igualmente, se mostrou ineficaz para frear uma crescente concentração de renda e a especulação financeira. (ANDERSON, 1995 e STIGLITZ, 2002).

Já nos países do chamado terceiro mundo, o neoliberalismo mostrou-se incapaz de assegurar o tão desejado equilíbrio das contas públicas e a austeridade fiscal pregada ensejou uma agudização da já enorme pobreza imperante. Nos países africanos, 55,8% da população vivia abaixo da linha da pobreza na década de

1960. Este percentual cresceu para 64,9%, no período de 1995 a 1999 – momento de ápice do neoliberalismo. Não é por acaso que a África Subsaariana concentra a maior porcentagem de pessoas pobres no mundo: a pobreza afeta 46,7% da população da região (UNRIC, 1999). Já na Ásia, o número de pobres diminuiu, declinando de 33,5%, no período de 1965 a 1969, para 23%, no final da década de 1990. Porém, muitos analistas relacionam a diminuição da pobreza neste continente à redução desta no interior da China, país que nunca adotou as políticas econômicas ortodoxas recomendadas pelas agências multilaterais (O ESTADO DE SÃO PAULO, 2002). Na América Latina – uma região onde as políticas neoliberais foram adotadas com maior densidade - ainda há 167 milhões de pessoas vivendo em situação de pobreza e 66 milhões de pessoas vivendo em situação de pobreza extrema (ONU, 2012). Especificamente em relação ao Brasil, no que pensem flutuações nos índices de distribuição de renda, pobreza e pobreza extrema os resultados não foram animadores. Dados censitários mostram que após mais de uma década de políticas neoliberais, 16,2 milhões de pessoas ainda vivem em condições de pobreza extrema, auferindo uma renda mensal de até 70 reais. (IBGE, 2011).

O próprio livro produzido pela Firjan em parceria com o IETS, em 2002 – “Desigualdade Social: a visão empresarial” – já incorporava esse diagnóstico. Ao fazê-lo, argumentava, acertadamente, que as dimensões que a pobreza tomou entre nós resultavam de uma desigualdade extrema. Também destacava alguns elementos necessários para a conformação de um sistema de proteção social capaz de combatê-la: uma maior responsividade do Estado àqueles que mais precisam dele; uma sinergia, com resultados positivos, entre o Estado, o empresariado e as organizações sociais na construção de políticas públicas; a conformação de espaços públicos onde os atores tenham a oportunidade de se representar abertamente e se vigiarem mutuamente; e, sobretudo, a garantia da maior autonomia política das camadas mais pobres da sociedade.

Para tanto seria necessário tornar o Estado mais cooperativo com a sociedade civil e com o setor privado; forjar instituições capazes de fazer com que os mercados não apenas funcionem de forma mais eficiente, mas produzam resultados menos iníquos; investir “pesado” nas pessoas e nas relações sociais entre elas; e direcionar o gasto público para que os que mais precisam dele possam ter um padrão de vida adequado. (FIRJAN e IETS, 2002, p. 8).

A análise do conteúdo dessas propostas mostra a emergência de alguns pontos de inflexão no discurso tradicional da Firjan em relação aos discursos liberais mais ortodoxos. Já não se falava mais em Estado mínimo, abandonando-se o debate sobre o tamanho do aparelho estatal. A ênfase analítica agora recaía sobre como o Estado deveria: a) estar mais próximo dos que dele necessitam e; b) incentivar

os indivíduos a desenvolverem as potencialidades do mercado e a fortalecerem a sociedade civil. Valoriza-se o bem-estar das pessoas, o qual passa pelo acesso aos serviços do Estado e pela autonomia política (FIRJAN e IETS, 2002).

As concepções teóricas que embasam as inflexões observadas no discurso da Firjan assemelham-se àquelas do economista indiano Amartya Sen. Este autor tem se destacado pela sua enorme influência nos estudos do Banco Mundial, tendo inclusive contribuindo para a formulação do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). Ele defende que o Estado deve atuar como promotor de políticas públicas que visem o aumento das capacidades humanas e das liberdades substantivas que são: as liberdades políticas; facilidades econômicas; oportunidades sociais; garantias de transparência e segurança protetora. Com isso, o Estado passa a ser fundamental, já que é ele o responsável por prover aos indivíduos habilidades que lhes permitam desenvolver as potencialidades do mercado. (SEN, 2000).

Entretanto, Sen também deposita enorme credibilidade na teoria do individualismo smithiano. Segundo tal teoria, o desenvolvimento dos indivíduos necessariamente leva a um desenvolvimento social. Assumindo-a como uma verdade axiológica, Sen aproxima-se dos neoliberais, assim restringindo bastante a capacidade crítica de sua teoria de desenvolvimento. Ao omitir os enormes obstáculos (os oligopólios, os monopólios, as barreiras impostas pelo mercado ao desenvolvimento de indivíduos e países pobres), Sen distancia a sua teoria de componentes relevantes do mundo contemporâneo. A análise da Firjan sobre o “novo” Estado, como veremos a seguir, incorpora limitações semelhantes. Limitações estas que, ao seu turno, não causalmente, reduzem de forma substancial o ímpeto de renovação de pensamento que esta Federação parecia pretender levar a frente.

Na sequência, indicamos as limitações das análises da Firjan, neste momento, em relação aos seguintes temas: o papel do Estado; a criação de novas instituições e o investimento em capital humano.

No que tange ao papel do Estado brasileiro, é verdade que ele, através de suas elites políticas e burocráticas, tem ditado os rumos do desenvolvimento de forma pouco cooperativa e, em muitos momentos, autoritária. Contudo, é importante ressaltar – o que não foi feito no texto – que as elites econômicas contribuíram e continuam contribuindo profundamente para a continuidade deste projeto pouco cooperativo. O conluio de interesses entre o grande capital e as elites estatais é uma característica histórica do sistema capitalista e tem se intensificado por toda parte depois da guinada neoliberal.

Em relação à necessidade de se produzir instituições capazes de melhorar a eficiência dos mercados e também de diminuir os efeitos nefastos que este gera

na distribuição de renda, a história social, sobretudo a dos Estados de bem-estar social europeus, nos mostra que somente os movimentos sociais foram capazes de produzir instituições para regular os mercados e que foi essa regulação que aumentou a eficiência deles (POLANYI, 2000). Contudo, o texto não reserva um espaço para debater novas formas de regulação do mercado.

Quanto à necessidade de se investir nas pessoas e nas relações humanas, estamos de acordo com o texto, mas acreditamos que o estudo deixa a desejar quando não se propõe a discutir como a globalização do capital influencia a reprodução da pobreza em todos os espaços, ou seja, o texto não apresenta uma visão sistêmica que evidencie o quanto à desregulamentação dos mercados propiciou uma multiplicação das possibilidades de lucros puramente especulativos, através dos quais o capital cresce sem passar por um investimento em atividades produtivas. Em um contexto no qual o sistema produtivo deixou de ser prioridade e com ele, obviamente, a geração de empregos, torna-se mais difícil valorizar as pessoas e suas relações. Pelo mesmo motivo, não parece que o redirecionamento do gasto público para aqueles que mais necessitam poderá fazer mais do que aliviar um pouco a situação de uma massa cada vez maior de miseráveis.

Face a isso, pouco surpreendente é a permanência no “novo” discurso da Firjan de elementos presentes nos anos iniciais da sua adesão ao pensamento neoliberal. Assim, os seus esforços de atualização conceitual e política não eliminaram o seu desejo de influir em reformas amplamente concebidas como avanços nos direitos de cidadania.

A Firjan insiste na necessidade de uma reforma trabalhista, dando como certo que a legislação vigente é “velha”, “rígida”, “centralizadora”, “paternalista”. Um verdadeiro “entulho autoritário”. Coloca-se a culpa do alto grau de informalidade do mercado de trabalho no Brasil no custo do trabalho e acredita-se que flexibilizando as relações de trabalho seria possível reverter esse quadro. Ignora-se, entretanto, a enorme concentração da propriedade fundiária e como isto dificultou e continua dificultando a absorção da mão-de-obra pelo mercado de trabalho no país. Além disso, não se menciona o caráter rentista do sistema financeiro nacional que nunca propiciou o montante de investimento necessário para um processo de desenvolvimento sustentável do país e continua gozando de taxas de juros altíssimas, que garantem o menor risco possível a suas operações (CARDIM, 2010). Em relação à reforma tributária, defende-se a desoneração do capital, propondo-se o reforço da tributação no consumo. Isto é, reside nessa proposta a mesma crença equivocada que levou o mundo a acreditar que a desoneração do capital, consequentemente, levaria a um maior investimento no setor produtivo. Cremos que em 2002, quando a pesquisa em análise foi escrita, já havia fatos suficientes para deslegitimar esta relação quase automática entre desoneração e o investimento produtivo.

A ampla disseminação do pensamento de Amartya Sen e a sua incorporação por diversas entidades como a Firjan marca um deslocamento no paradigma liberal dominante, configurando um tipo reformado de neoliberalismo que tem sido chamado de social-liberalismo (BRESSER-PEREIRA, 2007). Esta mudança denota uma tentativa de constituição de um capitalismo mais “humanista”, onde os imperativos do livre mercado possam conviver com certo grau de justiça social. Contudo, esta concepção de justiça caracteriza-se por políticas sociais voltadas majoritariamente para os pobres e miseráveis. Como ressaltou Boltanski e Chiapello (2009, p. 356), a enorme dificuldade imposta pela doxa neoliberal ao trabalho de construção da crítica por parte dos movimentos sociais fez a rejeição à injustiça social (cujo exemplo emblemático é a exploração da massa trabalhadora) recuar para aquilo que consistiu sua gênese, a indignação com o sofrimento (cujo exemplo emblemático são os pobres e os miseráveis).

Considerações Finais

Como ressaltamos anteriormente, os fracassos das políticas de caráter neoliberal em todo mundo deram origem a inúmeras crises ocorridas nos últimos vinte anos. Tais crises foram, em geral, originadas por distúrbios causados pelo excesso de desregulamentação dos mercados; fizeram surgir movimentos sociais de abrangência internacional em reação à doxa neoliberal; e geraram enormes contradições no campo econômico. A magnitude desses problemas levava Joseph Stiglitz, um economista da alta cúpula do Banco Mundial a escrever sobre os “Malefícios da globalização”.

O sistema capitalista precisa apresentar aos trabalhadores uma justificativa para que tenham um engajamento positivo no trabalho. Para tanto deve ser capaz de mobilizar uma dimensão moral ao seu discurso de autolegitimação. Porém, dado o caráter insaciável do seu processo de acumulação, paradoxalmente, ele vai buscar sua dimensão moral nas críticas formuladas por seus detratores. Ao fazê-lo, incorpora as suas dimensões mais palatáveis – aquelas que trazem os anseios saciáveis dos homens – preservando a insaciabilidade do processo acumulativo, reproduzindo-se como sistema social e adquirindo grande capacidade de transformação. (BOLTANSKI e CHIAPELLO, 2009).

Esse fenômeno pode ser visto com clareza quando da transição do modelo de capitalismo vigente dos anos de 1930 até o final dos anos de 1960 (marcado pelo crescimento e burocratização das empresas; pela ampliação do consumo de massa; pela ascensão, nos países desenvolvidos, de pactos políticos capazes de incorporar as críticas advindas do movimento operário; e pela expansão de sistemas de proteção social estatais que elevaram os níveis de justiça social nos países em

questão.)⁷ para o modelo atual (caracterizado pela conformação das sociedades “em rede” que se interligam por meio de sistemas informatizados e através de parcerias e alianças que transformaram as relações sociais e laborais).

No cerne desta grande transformação esteve a assimilação de uma *crítica estética* que surgiu nos seio dos movimentos sociais do final da década de 1960 e início dos anos de 1970. Tais movimentos – formados, principalmente, a partir das camadas de classe-média das sociedades industrializadas, sobretudo, nos EUA e na França – englobavam grupos diversos: “hippies”, mulheres, negros, estudantes, ambientalistas, homossexuais, entre outros. Estes atores direcionavam suas críticas e protestos à sociedade de consumo, aos heróis brancos, ao machismo, ao imperialismo, ao colonialismo, à depredação do meio ambiente, entre outras formas de violência que vigoravam na sociedade ocidental. Para eles, o capitalismo tinha o intuito de arregimentar, dominar e submeter os seres humanos a um trabalho prescritivo em busca do lucro, fazendo uso hipócrita da moral para se justificar.

Não se pode negar os impactos da crítica estética na modelação de novas formas de sociabilidade, relações intergrupais, visões de mundo etc. Ao mesmo tempo, contudo, há que se salientar a capacidade do sistema capitalista em incorporar esta mesma crítica de modo a reformular-se, ainda que preservando os seus fundamentos principais.

A cooptação da ânsia libertária presente na crítica estética permitiu um ataque virulento às formas burocráticas capitalistas vigentes, deslegitimando profundamente a burocracia no interior das empresas e, posteriormente, no aparelho burocrático do Estado. Ao adotar a crítica estética, o espírito do capitalismo fugiu das provas que lhe foi imposta pela *crítica social*, prova esta mais difícil de ser superada, pois colocava em questão o rateio dos ganhos da produção e o reforço da composição cívico-industrial (hierarquias bem definidas e pautadas pelo controle social tanto dentro quanto fora do espaço fabril). Por sua vez, a resposta à crítica estética nasceu não do aumento das estruturas hierárquicas na empresa, mas sim da diminuição das cadeias hierárquicas que a compunham. A partir desta flexibilização das hierarquias e normas internas às empresas, uma forma de responder aos anseios libertários que se multiplicaram entre os anos de 1960 e 1970, nasceu um novo modelo de capitalismo, que trouxe ao mundo do trabalho certa sensação de liberdade. Assim, o capitalismo livrou-se aos poucos das relações de fidelidade (não só entre os empregados e as empresas onde atuavam, mas tam-

⁷ O primeiro espírito do capitalismo foi caracterizado pelo capitalismo doméstico, que conformou-se por meio de pequenas empresas, quando ênfase estava na figura do individual empresário. Este padrão vigorou até o início do século XIX (Boltanski e Chiappello, 2009).

bém entre as empresas e as comunidades nas quais estavam estabelecidas) que caracterizavam a sua composição cívico-industrial, o que só foi possível fazer com a revolução tecnológica e o nascimento da economia informacional, que propiciou o desmantelamento das grandes plantas industriais. Tal fato “libertou” o capitalismo, por um tempo, de contextos nos quais o conflito entre capital e trabalho estava demasiadamente regulado, já que as grandes empresas começaram o seu processo de fragmentação por todas as partes do globo em busca das melhores condições de acumulação. Isto é, elas buscavam regiões onde a luta simbólica (ou política) era menos regulada (BOLTANSKI e CHIAPPELO, 2009).

A realidade complexa descrita acima evidencia a enorme legitimidade que o discurso “libertário” conquistou no interior do campo econômico, campo no qual as empresas são os principais jogadores. Ideias como a de “autonomia”, “criatividade”, “flexibilidade” e “leveza organizacional” se tornaram os mantras do mundo econômico e o avanço do poder deste campo no interior do campo político não apenas contribuiu para revigorar a legitimidade do capitalismo, mas também para transformar a concepção da empresa “libertária” em uma concepção de mundo (GRÜN, 1999; BOURDIEU, 1998). Não foi um acaso, portanto, que o pensamento econômico neoclássico, matriz científica que embasou a doxa neoliberal, alcançou tanta legitimidade em todos os campos. Havia no seio da sociedade uma crítica feroz à burocracia em todas as suas expressões, cuja mais bem acabada é o Estado e que, por isso, foi a sua maior vítima.

O caso brasileiro é um ótimo exemplo para compreendermos a força dessa revolta anti-burocrática que levada ao extremo – o louvor irrefletido ao valor dos mercados – causaria diversos estragos. O início da crítica à burocracia no Brasil foi à campanha lançada, em 1974, por um grupo de empresários contra o “gigantismo” estatal que caracterizava o Regime Militar. Esta campanha também foi um dos pontos de partida para rachadura do pacto político que sustentava o regime, dando início ao processo de redemocratização. Como ressaltou Dagnino (2004), o projeto democratizante produzido por diversos atores sociais no Brasil, entre meados da década de 1970 e durante toda a década de 1980, se fez contra o poder “dirigista” da burocracia estatal, enfatizando a necessidade de um governo partilhado entre a sociedade civil e o Estado. Mesmo depois de acertados os termos da relação Estado/sociedade por meio da Constituição de 1988, a crítica à burocracia continuou tendo ecos, o que pode ser identificado no termo “caçador de marajás” utilizado na campanha eleitoral de Fernando Collor, primeiro presidente eleito após a instauração da Nova República. Além disso, as idéias de auto-organização, autogestão e comissões de fábrica muito entranhadas no seio dos espectros políticos de esquerda também, paulatinamente, serviriam para legitimar o modo de trabalhar das ONGs – sobretudo, sua mobilidade e “inserção” no tecido social – em oposição a gordura (peso) do Estado (GRÜN, 1999).

Paradoxalmente, ao longo dos últimos vinte anos, os movimentos sociais de esquerda em todo mundo, ao perceberem que as críticas à burocracia estatal fora longe demais, deslegitimando profundamente o papel do Estado, se apressaram em defendê-lo. Como ressaltou Bourdieu (1998), a esquerda se tornou “conservadora” lutando pela mão esquerda do Estado, ou seja, pelas conquistas sociais que as lutas, sobretudo da classe trabalhadora, havia inscrito no aparelho estatal.

Como demonstramos ao longo deste texto, a Firjan e inúmeros atores do campo econômico se envolveram intensamente no processo de deslegitimação das conquistas sociais inscritas no Estado brasileiro e isto só poderia ser feito atacando o Estado. Contudo, as lutas sociais continuam e as críticas ao capitalismo se reformulam. Neste sentido, no campo em questão, até o momento, há mais espaço para a legitimação de críticas estéticas, pautadas pelo individualismo (como a produzida por Sen), do que para críticas sociais, que coloquem em disputa o modo como os frutos do sistema estão repartidos.

Porém, como nos ensinou Bourdieu (1998), todo campo é um espaço de disputas onde a qualquer momento pode se iniciar um trabalho amplo de construção simbólica capaz de deslegitimar o habitus dominante. No entanto, assim como foi a produção da doxa neoliberal, este trabalho é uma obra sem autor, ou seja, ele é fruto dos resultados das lutas levadas adiante nos diferentes campos. Tendo em vista este fato, seria importante que movimentos sociais de diversas origens se representassem nesta luta, somente isso permitirá novos deslocamentos capazes de impor regulações mais amplas ao poder dos mercados.

Fontes (Arquivo da Firjan)

FIRJAN e IETS. Desigualdade Social: A visão empresarial. Rio de Janeiro, 2002.

_____. Caderno FIRJAN/CIRJ. (1996/1997).

_____. Carta da Indústria. (1998/2005).

Referências

ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In SADER, Emir & GENTILI, Pablo (orgs.) *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

ARAÚJO, João Lizardo de, Brasil em desenvolvimento: a expansão da infraestrutura. In: *Brasil em desenvolvimento 1: Economia, tecnologia e*

competitividade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

BIANCHI, Álvaro. *Hegemonia em Construção: a trajetória do PNBE*. São Paulo: Xamã, 2001.

BIONDI, Aloysio. *O Brasil privatizado: um balanço do desmonte do Estado*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.

BOITO, Armando Jr. *Política neoliberal e sindicalismo no Brasil*. São Paulo: Xamã. 2002.

BOLTANSKI, Luc e CHIAPELLO, Ève. *O novo espírito do capitalismo*. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

BOURDIEU, Pierre. *Contrafogos: táticas para enfrentar a invasão neoliberal*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1998.

_____. *O poder simbólico*. 12ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Esquerda nacional e empresários na América Latina. *Lua Nova*, São Paulo, 70: 83-100, 2007.

CARDIM, Fernando. Reformas Financeiras Para Apoiar o Desenvolvimento. In: *Macroeconomia para o desenvolvimento: crescimento, estabilidade emprego / Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada*. – Brasília: Ipea, 2010.

CARONE, Edgard. *O Centro Industrial do Rio de Janeiro e a sua importância na economia industrial (1827-1977)*. Rio de Janeiro. CIRJ/Cátedra. 1978.

COSTA, Márcia da S. O Sistema de relações de trabalho no Brasil: alguns traços históricos e a sua precarização atual. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, outubro de 2005, vol. 20, n. 59, pp. 111-131.

DAGNINO, Evelina. Confluência Perversa, Deslocamento de Sentido, Crise Discursiva. In: GRIMSON, Alejandro (Org.). *La cultura en las crisis latinoamericanas*. Buenos Aires: Clacso, 2004.

DELGADO, Ignácio. G. (2000) “Abertura Econômica e Política Social: a perspectiva empresarial”. *Teoria e Sociedade*, n.5, BH, FAFICH/UFMG, 2000.

DINIZ, Eli. *Globalização, Reformas Econômicas e Elites Empresariais*. Rio de Janeiro: FGV, 2000.

F I R J A N . <http://www.firjan.org.br/data/pages/2C908CE9215B0DC401216AFC0AD551E3.htm>. 2013.

<http://www.firjan.org.br/data/pages/40288094212F790101213013CD7D651D.htm> 2013a.

GRÜN, Roberto. Modelos de empresa, modelos de mundo: sobre algumas características culturais da nova era econômica e da resistência a ela. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, outubro de 1999, n. 41, pp. 121-140.

IBGE. <http://censo2010.ibge.gov.br/resultados>. 2013.

LESSA, Carlos. *O Rio de todos os Brasis: uma reflexão em busca de autoestima*. Rio de Janeiro: Record, 2000.

O ESTADO DE SÃO PAULO. Surpresa: pobreza aumenta na África. 2002. Disponível em: <http://www.estadao.com.br/arquivo/mundo/2002/not20020618p47239.htm>. Acesso em: 11-01-2013.

UNRIC. Pobreza: estatísticas fundamentais. 1999. Disponível em: http://www.unric.org/html/portuguese/uninfo/material_pedagogico/Pobreza.pdf. Acesso em: 10-01-13.

ONU. CEPAL: Pobreza segue caindo na América Latina, mas ainda afeta 167 milhões de pessoas. 2012. Disponível em: <http://www.onu.org.br/cepal-pobreza-segue-caindo-na-america-latina-mas-ainda-afeta-167-milhoes-de-pessoas/>. Acesso: 10-10-2013.

POLANYI, Karl. *A Grande Transformação: as origens de nossa época*. 2ª Edição Rio de Janeiro: Campus, 2000.

OLIVEIRA, Rosane Cristina de. Empresariado e Congresso Nacional um estudo das novas estratégias de ação política – a Firjan e a CNI nos anos de 1990. Rio de Janeiro: UFRJ/IFCS, 2002.

SEN, Amartya. *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Cia das Letras. 2000.

STIGLITZ, Joseph E. (2002), *A Globalização e seus Malefícios*. São Paulo, Futura.

